

ESPAÇO ABERTO

26 SET 1990

A dívida externa em discussão

GERALDO FORBES



As contundentes declarações do sr. Camdessus e de todos os 87 na reunião de Washington não deixam margem a dúvidas: ou o Brasil acerta sua vida com os credores privados ou não tem negócio com o FMI.

Se, do ponto de vista estritamente comercial, os bancos têm certa razão, do ponto de vista político fica muito difícil conciliar essa agressividade do governo americano e de seus prepostos com o discurso de cooperação da iniciativa Bush.

Além disso, do nosso ponto de vista e considerando nossas circunstâncias econômicas, reiniciar o pagamento dos juros e prestações neste momento é um passaporte seguro para a ruína. Digam o que disserem os sábios de plantão, sempre prontos a rezar pela cartilha da matriz, sejam quais forem os cânticos e as promessas dos organismos internacionais (transformados em cobradores do setor privado), nós não podemos, e não devemos, por enquanto suspender reservas.

Os credores atravessam sérias dificuldades e nós também. O dever do nosso governo, ao contrário do que fizeram Delfim, Dornelles, Funaro, Bresser e Mailson, é defender o nosso interesse, antes de atender ao deles. Isso não significa, porém, que devamos renegar a dívida ou nos negar a negociá-la. Isso quer apenas dizer que devemos negociá-la, sim, mas de uma forma cujo ônus nos seja suportável.

A presente administração tinha, ao se eleger, um programa de renegociação que era o mais tolo e ridículo de todos os já inventados. Desde a sua posse, tudo o que têm feito é surfar em cima do problema, sem apresentar nenhuma proposta. A isso juntou uma pitada de bazófia para uso interno, embora já tenha assinado mais uma carta incumprível para o FMI.

Bem, o certo é que as pressões são fortíssimas e não irão embora se a ministra cantar **Besame Mucho**. Não podemos fazer desembolsos de nem um tostão, mas também não podemos deixar de começar a conversar com os credores. O que fazer?

Reiniciar o pagamento de juros e prestações - neste momento é um passaporte para a ruína

Os credores aceitariam, correndo, um acordo semelhante ao que obtiveram do México. Não nos serve, como não serve ao México, embora este tenha petróleo, e a crescente produção das maquiladoras, para tentar compensar a sangria de escassas divisas.

No nosso caso, a primeira coisa a fazer é um recenseamento da dívida externa. Seu total em aberto será sensivelmente inferior ao apontado pelas estatísticas oficiais. Uma grande parte já foi liquidada informalmente.

O segundo passo é classificar a dívida em dois grupos: um, de detentores dos créditos desde a sua origem, outro, de detentores por compra no mercado internacional.

Isso feito, vai se ver que o primeiro grupo provavelmente não chega nem à metade do total hoje estimado da dívida com credores privados. Com esse grupo tem de se fazer um rápido acordo de pagamento de juros atrasados, contra seu refinanciamento do mesmo valor, acoplado à duração do principal vencido e em ser, com desconto de 50%, por prazo de 30 anos e juros fixos de 6% ao ano.

O segundo grupo deverá se contentar com um acordo semelhante, excetuando-se apenas que, neste caso, juros atrasados e principal, vencidos e vincendos, serão convertidos, depois de um desconto de 70% de seu valor, em títulos de prazos e juros iguais aos do primeiro grupo.

Ao contrário do que fez o México, não devemos oferecer nenhum negócio a juros flutuantes, muito menos títulos amparados por letras do Tesouro americano. Podemos, sim, oferecer, além da troca já explicitada, a possibilidade de conversão, mas apenas de créditos vencidos, para quatro empregos:

- a) investimentos em estatais privatizadas;
- b) investimento no capital do banco brasileiro de fomento à exportação;
- c) investimento no capital de empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, sob condição de que o capital seja aplicado exclusivamente na introdução de tecnologia de última geração;
- d) no pagamento de exportação de certos produtos industrializados, para países da América Latina, da África e do Leste Europeu.

Ficam as sugestões, aceitam-se discussões.

Geraldo Forbes é membro do conselho do Instituto de Estudos Avançados da USP.